



POLÍCIA FEDERAL

ADMINISTRATIVO



LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

01- O candidato recebeu o seguinte material:

a) Este Caderno de Questões, com o enunciado das 120 (Cento e Vinte) questões de Certo e Errado, sem repetição ou falha, composto por:

Língua Portuguesa	20 questões
Raciocínio Lógico	10 questões
Informática	10 questões
Direito Constitucional	10 questões
Direito Administrativo	10 questões
Atualidades	10 questões
Gestão de Pessoas	05 questões
Gestão de Materiais	05 questões
Administração Pública	10 questões
Ética	05 questões
Qualidade	05 questões
Legislação Especial	05 questões
Arquivologia	10 questões
Administração Financeira e Orçamentária	05 questões

b) Para cada uma das questões objetivas, será considerado o julgamento como CERTO e ERRADO; só **uma** responde adequadamente ao quesito proposto.

02- Recomenda-se que o candidato reserve os **30 minutos** finais para marcar seu cartão-resposta.

03- O tempo disponível para este simulado de questões é **4 (quatro) horas**, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta.

04- Como o próprio nome sugere, um simulado é um exercício de estudo que recria uma situação de prova que você, candidato, enfrentará no dia da sua prova. Para alcançar seu objetivo, o simulado deve reproduzir toda a atmosfera de uma prova real. Portanto, procure um local silencioso e livre de distrações. Remova todos os materiais de estudo da área e deixe apenas o caderno de prova e uma caneta esferográfica sobre a mesa.

05- Lembre-se de que você está utilizando essa ferramenta para testar seus conhecimentos em cada disciplina. Portanto, responda às questões sem recorrer aos seus materiais de estudo ou outras fontes de consulta. Controle o tempo que levará para fazer cada questão e utilize o simulado como uma ferramenta de autoavaliação.



PORTUGUÊS

Texto 1

O valor do saber popular

O saber popular é uma manifestação rica e diversa do conhecimento humano, cultivada ao longo dos séculos por meio de experiências e observações do cotidiano. Em comunidades rurais ou urbanas, tradições orais, como provérbios, lendas, canções e receitas, transmitem modos de entender o mundo, relacionar-se com a natureza e resolver problemas práticos. Embora nem sempre valorizado pela ciência acadêmica, esse saber constitui a base para a sobrevivência de diversas sociedades, pois agrega soluções que, por vezes, a própria ciência vem a validar.

Nas últimas décadas, percebe-se um movimento crescente de reconhecimento do valor desse tipo de conhecimento. Universidades e centros de pesquisa, ao lado de organizações sociais, têm buscado documentar e integrar saberes populares às práticas contemporâneas, promovendo uma interação entre os dois campos. Exemplos disso são os estudos que investigam o uso de plantas medicinais, sistemas de manejo ambiental sustentáveis e técnicas tradicionais de construção.

Esse diálogo não apenas enriquece a produção científica, mas também confere dignidade aos povos que perpetuam saberes ancestrais. Ao reconhecer o valor da sabedoria popular, cria-se um caminho para a preservação cultural e para a sustentabilidade em um mundo que precisa, cada vez mais, de soluções criativas e integradoras.

(Texto inédito)

Acerca dos sentidos e de aspectos linguísticos do texto 1, julgue os itens a seguir.

1. O texto defende que o saber popular é uma forma de conhecimento tão importante quanto o conhecimento acadêmico, pois ambos contribuem para a resolução de problemas e a preservação cultural.

Gabarito: C

Comentário: A afirmação está correta, pois o texto destaca que o saber popular é uma manifestação

rica e diversa, cultivada ao longo dos séculos, e que, apesar de nem sempre ser valorizado pela ciência acadêmica, constitui a base para a sobrevivência de diversas sociedades.

Além disso, o texto menciona que há um movimento crescente de reconhecimento desse tipo de conhecimento, promovendo interação com práticas contemporâneas, o que evidencia sua relevância, como se observa no trecho: “Esse diálogo não apenas enriquece a produção científica, mas também confere dignidade aos povos que perpetuam saberes ancestrais.”.

2. O objetivo do texto é destacar que o saber popular deve substituir as práticas científicas contemporâneas.

Gabarito: E

Comentário: A afirmação está correta, pois o texto não propõe a substituição das práticas científicas contemporâneas pelo saber popular, mas sim uma interação entre os dois campos, como indicado em trechos como: “promovendo uma interação entre os dois campos”.

O objetivo é mostrar como o saber popular pode enriquecer a produção científica e contribuir para a preservação cultural e a sustentabilidade, e não sugerir que ele deva substituir a ciência.

3. O termo “diálogo”, no último parágrafo, refere-se à interação entre saber popular e ciência acadêmica.

Gabarito: C

Comentário: A afirmação está correta, pois o termo “diálogo” refere-se claramente à relação estabelecida entre saber popular e ciência acadêmica mencionada ao longo do texto. Essa interação é expressa no trecho “promovendo uma interação entre os dois campos”.

Além disso, o texto enfatiza que essa troca de conhecimentos enriquece a produção científica e valoriza os saberes ancestrais.



4. No primeiro período do primeiro parágrafo, os adjetivos “rica”, “diversa” e “cultivada”, apesar de flexionados no gênero feminino, referem-se semanticamente também ao termo “O saber popular”.

Gabarito: C

Comentário: No período “*O saber popular é uma manifestação rica e diversa do conhecimento humano, cultivada ao longo dos séculos por meio de experiências e observações do cotidiano.*”, os adjetivos “rica”, “diversa” e “cultivada” qualificam o substantivo “manifestação”, por isso concordam no gênero feminino com esse substantivo.

Como o substantivo “manifestação” é o predicativo do sujeito e se refere ao termo “O saber popular”, numa relação de igualdade, naturalmente os qualificadores desse substantivo naturalmente se referem semanticamente ao termo “O saber popular”.

5. O segundo parágrafo é predominantemente expositivo, pois apresenta informações e exemplos que sustentam a ideia principal do texto.

Gabarito: C

Comentário: A afirmação está correta, pois o segundo parágrafo do texto apresenta informações e exemplos concretos que corroboram a ideia de que o saber popular tem valor e está sendo reconhecido. O parágrafo menciona ações como “Universidades e centros de pesquisa [...] têm buscado documentar e integrar saberes populares” e exemplifica essas iniciativas com estudos sobre “o uso de plantas medicinais, sistemas de manejo ambiental sustentáveis e técnicas tradicionais de construção”.

Essa estrutura tem como objetivo expor informações de maneira clara, sem a intervenção da opinião do autor.

6. No último período do primeiro parágrafo, a expressão “por vezes” indica ideia de causa.

Gabarito: E

Comentário: A afirmação está errada, pois a expressão “por vezes” no último período do primeiro parágrafo (“pois agrega soluções que, por vezes, a própria ciência vem a validar”) indica ideia de frequência, no sentido de que, em algumas ocasiões, a ciência valida soluções advindas do saber popular. Não há relação causal na expressão; ela apenas sugere que tal validação ocorre de maneira ocasional ou não constante.

7. As palavras “séculos”, “experiências”, “provérbios” e “práticos” são acentuadas pelo mesmo motivo.

Gabarito: E

Comentário: A afirmação está errada, pois “sé-cu-los” e “prá-ti-cos” são acentuadas por serem proparoxítonas; “ex-pe-ri-ên-cias” e “pro-vér-bios” são acentuadas por serem paroxítonas terminadas em ditongos orais.

8. No terceiro período do primeiro parágrafo, a substituição de “*Embora*” por **Porém** mantém a correção gramatical e o sentido na frase.

Gabarito: E

Comentário: A conjunção “Embora” é subordinada adverbial concessiva e não pode ser substituída pela conjunção coordenativa adversativa “Porém”. Assim, a afirmação está errada.

9. Preserva a correção gramatical e a coerência no trecho a reescrita do último período do texto da seguinte forma: **Quando se reconhece o valor da sabedoria popular, é criado um caminho para a sustentabilidade e para a preservação cultural em um mundo que precisa, cada vez mais, de soluções integradoras e criativas.**

Gabarito: C

Comentário: Na reescrita, houve apenas o desenvolvimento da oração subordinada adverbial temporal reduzida de infinitivo “Ao reconhecer o



valor da sabedoria popular” em “Quando se reconhece o valor da sabedoria popular”.

A voz passiva sintética em “cria-se” passou a passiva analítica em “é criado”.

Além disso, houve a troca dos termos enumerados “para a preservação cultural” e “para a sustentabilidade” e “criativas” e “integradoras”.

Todas essas mudanças não prejudicam a lógica no texto, nem prejudicam a correção gramatical.

10. No segundo período do primeiro parágrafo, o verbo “transmitem” está flexionado no plural por concordar com o sujeito sintático “provérbios, lendas, canções e receitas”.

Gabarito: E

Comentário: A afirmação está errada, pois, na realidade, o verbo “transmitem” está flexionado no plural por concordar com o sujeito sintático “tradições orais”. O termo intercalado por dupla vírgula “como provérbios, lendas, canções e receitas” não é o sujeito desse verbo, mas apenas um termo que explicita e exemplifica “tradições orais”. Confirme:

Em comunidades rurais ou urbanas, tradições orais, como provérbios, lendas, canções e receitas, transmitem modos de entender o mundo, relacionar-se com a natureza e resolver problemas práticos.

11. No segundo período do segundo parágrafo, a estrutura verbal “têm buscado” indica ação que se iniciou no passado e se encontra em desenvolvimento no presente.

Gabarito: C

Comentário: A afirmação está correta, pois, no período “Universidades e centros de pesquisa, ao lado de organizações sociais, têm buscado documentar e integrar saberes populares às práticas contemporâneas, promovendo uma interação entre os dois campos.”, o pretérito perfeito composto “têm buscado” indica uma ação contínua, que se iniciou no passado e se desenvolve até os dias atuais.

Texto 2

A urgência de um olhar ambiental

Diante das constantes mudanças climáticas e da crescente degradação dos ecossistemas, é imperativo que a sociedade desenvolva um olhar mais atento às questões ambientais. Todos os setores, desde indústrias até indivíduos, possuem responsabilidades nesse cenário. As ações de preservação e recuperação ambiental devem ir além de iniciativas isoladas, transformando-se em uma postura coletiva e integrada.

Ademais, é necessário repensar o modelo econômico predominante, que privilegia o lucro imediato em detrimento da conservação dos recursos naturais. O conceito de desenvolvimento sustentável surge como uma alternativa viável, promovendo o equilíbrio entre o progresso material e a manutenção dos recursos para as gerações futuras.

Assim, investir em educação ambiental e em políticas públicas eficazes é essencial para que o planeta continue sendo um lugar habitável para todos os seres vivos. Essa transição exige coragem, compromisso e um senso de responsabilidade global.

(Texto inédito)

Acerca dos sentidos e de aspectos linguísticos do texto 2, julgue os itens a seguir.

12. O texto sugere que o desenvolvimento sustentável é uma solução necessária para equilibrar crescimento econômico e preservação ambiental.

Gabarito: C

Comentário: A afirmação está correta, pois o texto afirma que o modelo econômico atual precisa ser repensado e propõe o desenvolvimento sustentável como alternativa. Isso é evidenciado no trecho “O conceito de desenvolvimento sustentável surge como uma alternativa viável, promovendo o equilíbrio entre o progresso material e a manutenção dos recursos para as gerações futuras.”.

Dessa forma, o texto apresenta o desenvolvimento sustentável como uma solução necessária para atingir o equilíbrio entre crescimento econômico e preservação ambiental.



13. O termo “cenário”, no segundo período do primeiro parágrafo, é um elemento de coesão textual anafórico, o qual remete ao contexto das questões ambientais discutidas no texto.

Gabarito: C

Comentário: A afirmação está correta, pois o termo “cenário”, no trecho “possuem responsabilidades nesse cenário”, faz referência ao contexto apresentado no parágrafo, que trata das mudanças climáticas e da degradação dos ecossistemas.

Portanto, o termo está relacionado ao ambiente e à problemática ambiental que permeiam a discussão do texto.

14. No primeiro período do segundo parágrafo, a oração “repensar o modelo econômico predominante” tem a função sintática de completar o sentido de “necessário”.

Gabarito: E

Comentário: Primeiro, devemos lembrar que quem completa sentido de nome é o complemento nominal. Na relação sintática, “é” é verbo de ligação, “necessário” é adjetivo na função de predicativo e a oração “repensar o modelo econômico predominante” é subordinada substantiva subjetiva, e não completiva nominal. Por isso, a afirmação está errada.

15. A substituição de “em detrimento da”, no primeiro período do segundo parágrafo, por **em favor da** preservaria o sentido original do texto.

Gabarito: E

Comentário: A afirmação está errada, pois a expressão “em detrimento da” indica ideia de prejuízo ou desvantagem.

Substituí-la por “em favor da”, que transmite a ideia oposta de benefício ou vantagem, alteraria completamente o sentido original do texto.

16. O texto adota um tom de alerta e incentivo à ação coletiva para resolver problemas ambientais.

Gabarito: C

Comentário: A afirmação está correta, pois o texto, desde o início, enfatiza a gravidade dos problemas ambientais, como as mudanças climáticas e a degradação dos ecossistemas, indicando a urgência de se adotar medidas.

Expressões como “é imperativo que a sociedade desenvolva um olhar mais atento” e “as ações de preservação e recuperação ambiental devem ir além de iniciativas isoladas, transformando-se em uma postura coletiva e integrada” reforçam o tom de alerta e a necessidade de uma resposta conjunta.

Além disso, o texto incentiva a educação ambiental, políticas públicas eficazes e a transição para o desenvolvimento sustentável como formas de enfrentar esses desafios, destacando a importância da ação coletiva.

17. O acento indicativo de crase é obrigatório em “atento às questões ambientais” (primeiro período do primeiro parágrafo), pois o adjetivo “atento” rege a preposição “a” e o substantivo “questões” é precedido do artigo “as”.

Gabarito: E

Comentário: A afirmação está errada, pois, no segmento “é imperativo que a sociedade desenvolva um olhar mais atento às questões ambientais”, é o substantivo “olhar” que exige a preposição “a”, e não o adjetivo “atento”.

Note que “mais atento” é apenas um termo restritivo do substantivo “olhar”. Quem exige a preposição é o substantivo “olhar”.

18. A substituição de “Ademais”, início do segundo parágrafo, por **Portanto** alteraria o sentido original do texto.

Gabarito: C

Comentário: O conectivo “Ademais” expressa o sentido de adição, inclusão. Já o conectivo

“Portanto” é coordenativo conclusivo. Assim, os conectivos expressam sentidos diferentes.

Dessa forma, a afirmação está correta, pois se afirmou que a troca mudaria o sentido no texto.

19. No segundo período do segundo parágrafo, os substantivos “equilíbrio” e “manutenção” estão paralelos entre si, por constituírem um complemento verbal direto composto.

Gabarito: E

Comentário: A afirmação está errada, pois não há paralelismo entre os dois substantivos apontados, tendo em vista que cada um ocupa uma função sintática diferente. A questão sugere que os substantivos “equilíbrio” e “manutenção” formariam um objeto direto composto, mas, na realidade, não é isso que acontece.

O verbo “promovendo” é seguido do objeto direto que apresenta apenas um núcleo: “equilíbrio”.

Tal substantivo é seguido do complemento nominal composto e iniciado pela preposição “entre”: “entre o progresso material e a manutenção dos recursos”. Confira:

O conceito de desenvolvimento sustentável surge como uma alternativa viável, promovendo o equilíbrio entre o progresso material e a manutenção dos recursos para as gerações futuras.

20. No primeiro período do segundo parágrafo, o artigo definido “o”, diante do termo “modelo econômico predominante”, tem um papel semântico crucial que não permite a omissão da vírgula antes de “que”.

Gabarito: C

Comentário: O artigo definido “o” especifica e individualiza o sentido de “modelo econômico predominante”, o que permite entender o sentido conceitual e explicativo que o autor dá a esse modelo econômico, isto é, aquele que tem como princípio privilegiar o lucro imediato em detrimento da conservação dos recursos naturais.

Assim, o papel explicativo da oração adjetiva é evidente e é reforçado pelo emprego do artigo “o”. Por isso, não cabe exclusão da vírgula.

Para ficar prático, veja a frase com artigo definido “o” e com artigo indefinido “um”. Na primeira, a vírgula é obrigatória. Na segunda, a vírgula é proibida:

Ademais, é necessário repensar o modelo econômico predominante, que privilegia o lucro imediato em detrimento da conservação dos recursos naturais.

Ademais, é necessário repensar um modelo econômico predominante que privilegia o lucro imediato em detrimento da conservação dos recursos naturais.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Tabela D1L2L3B4

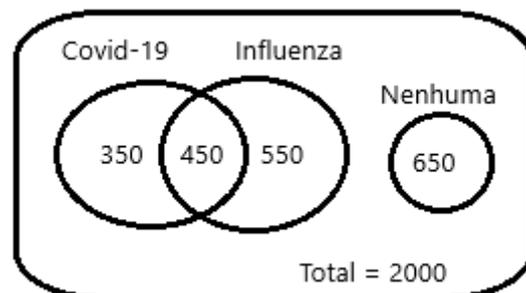
Vacina	Quantidade de Idosos
COVID-19	800
Influenza	1000
COVID-19 e Influenza	450
Nenhuma	650

Considerando os dados da Tabela D1L2L3B4, que representam as quantidades de idosos de uma determinada cidade que receberam em 2022 as vacinas COVID-19 e Influenza, julgue os itens seguintes.

21. Mais de 350 idosos que receberam apenas a vacina da COVID-19.

Gabarito: E

Comentário: estruturando os dados da questão fica:

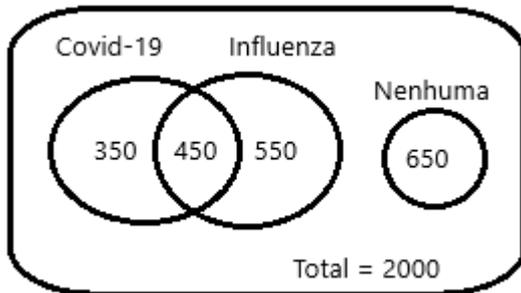


Veja que “exatamente” 350 idosos receberam a vacina apenas do COVID-19, portanto a questão está ERRADA.

22. O total de idosos dessa cidade é igual a 2000.

Gabarito: C

Comentário: estruturando os dados da questão fica:

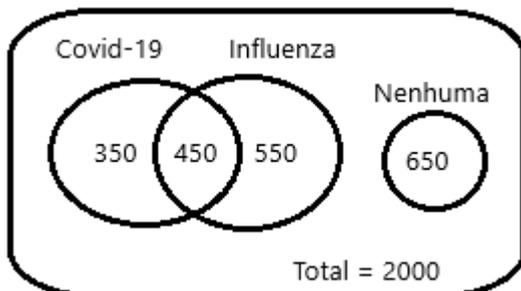


Veja que o total de idosos dessa cidade é igual a 2000, logo a questão está CERTA.

23. Menos de 900 idosos receberam apenas uma das vacinas.

Gabarito: E

Comentário: estruturando os dados da questão fica:



Recebendo apenas uma das vacinas tem um total de 900 idosos, sendo assim a questão está ERRADA.

24. O “token” é uma forma das mais seguras para realizar transações bancárias atualmente. Alguns ‘tokens’ são códigos com oito dígitos numéricos. Considerando essas informações, julgue os itens subsequentes.

A quantidade de ‘tokens’ que se consegue formar utilizando-se apenas dois algarismos distintos para preencher os 8 dígitos do código é superior a 10.000.

Gabarito: C

Comentário: essa questão é dividida em 2 contas, a primeira para determinar os dois algarismos que serão usados (faremos uma COMBINAÇÃO de 10 em 2) e a segunda para determinar como podemos preencher os 8 dígitos – com os dois algarismos (faremos um P.F.C)

Calculando temos:

1ª conta:

$$C_{10,2} = \frac{10!}{2!8!}$$

$$C_{10,2} = \frac{10 \times 9}{2}$$

$$C_{10,2} = 45$$

2ª conta:

1º dígito E 2º dígito E 3º dígito E 4º dígito E 5º dígito E 6º dígito E 7º dígito E 8º dígito

$$2 \times 2 = 256$$

Agora juntando as duas contas (algarismos utilizados E preenchimento dos 8 dígitos):

$$45 \times 256 = 11520 \text{ tokens.}$$

P1: Se Beatriz disse a verdade, Helena e Ana mentiram.

P2: Se Ana mentiu, Luiza falou a verdade.

P3: Se Luiza falou a verdade, há anjos voando neste lugar.

P4: Luiza não falou a verdade

C: Não há anjos voando neste lugar.

Considerando o argumento cujas premissas são P1 a P4 e a conclusão é C, julgue os itens a seguir:

25. O argumento proposto é válido.

Gabarito: E

Comentário: validando o argumento pelo método das premissas verdadeiras, fica:

considerando P4 verdadeira, temos que em P3 não podemos garantir o valor de “há anjos voando neste lugar” e com isso não temos como dizer se a conclusão é verdadeira ou não, logo não temos como saber se o argumento é válido.

Sendo assim a questão está ERRADA.

26. A proposição “Helena e Ana mentiram” é uma proposição composta por conjunção.

Gabarito: C

Comentário: a questão está CERTA, já que podemos separar a proposição “Helena e Ana mentiram” em “Helena mentiu E Ana mentiu”.



27. Uma proposição equivalente a proposição P3 é a proposição “Luiza não falou a verdade ou há anjos voando neste lugar”.

Gabarito: C

Comentário: uma das equivalências do condicional (P3 é uma proposição composta por condicional – conectivo SE, ENTÃO) é com a disjunção (conectivo OU), na regra “Nega o antecedente OU Mantem o consequente”.

Analisando a questão temos que essa regra de equivalência foi seguida corretamente, portanto a questão está CERTA.

28. A negação de P4 é “Luiza não falou mentiras”.

Gabarito: C

Comentário: a questão está CERTA, já que a negação de P4 tanto pode ser “Luiza falou a verdade” = “Luiza não falou mentiras”.

Em um hospital, Raphael, Thiago e Elizeu são médicos e tem especialidades diferentes e apenas um deles será escolhido para o cargo de chefe dos médicos. Sabendo que a probabilidade de Raphael ser escolhido é igual a $\frac{2}{5}$ e a de Thiago, é igual a $\frac{1}{3}$, julgue os itens seguintes.

29. A probabilidade de Raphael ou Thiago ser escolhido é inferior a $\frac{2}{3}$.

Gabarito: E

Comentário: como só um será escolhido, então somando as probabilidades de Raphael ou Thiago serem escolhidos temos:

$$\frac{2}{5} + \frac{1}{3} =$$

$$\frac{6}{15} + \frac{5}{15} = \frac{11}{15} = 0,73333\dots$$

Sabendo que $\frac{2}{3} = 0,66666\dots$ ($0,6666\dots < 0,73333\dots$), temos que a questão está ERRADA.

30. Entre os três indivíduos considerados, Elizeu é o que tem a menor probabilidade de ser promovido.

Gabarito: C

Comentário: como a chance de Raphael ou Thiago serem escolhidos é de $\frac{11}{15}$ ($\frac{2}{5} + \frac{1}{3} = \frac{11}{15}$), a chance de Elizeu é:

$$1 - \frac{11}{15} =$$

$$\frac{15}{15} - \frac{11}{15} = \frac{4}{15}$$

Analisando as chances de cada um, temos:

$$\text{Raphael} = \frac{6}{15}$$

$$\text{Thiago} = \frac{5}{15}$$

$$\text{Elizeu} = \frac{4}{15}$$

Note que Elizeu, de fato, é o que tem a menor probabilidade de ser o escolhido, portanto a questão está CERTA.

INFORMÁTICA

31. **Situação hipotética:** Um usuário, ao navegar na internet, encontrou um site que oferecia o download de um programa de edição de imagens que ele desejava há bastante tempo. Depois de baixar o arquivo, ao iniciar a instalação do programa, o antivírus de seu computador, utilizando análise heurística, identificou características suspeitas no código e emitiu um alerta classificando-o como uma possível ameaça. Apesar do aviso, o usuário, confiando na reputação do site, decidiu ignorar o alerta e continuar com a instalação. **Assertiva:** Considerando que, de fato, o programa é genuinamente seguro, o alerta emitido pelo antivírus pode ser classificado como um Falso Negativo, já que a análise heurística pode identificar erroneamente códigos legítimos como ameaças.

Gabarito: E

Comentário: A questão aborda o funcionamento da análise heurística, um método de detecção de vírus que se diferencia da simples comparação com assinaturas de vírus conhecidas. A análise heurística, examina o código do programa em busca de "propriedades suspeitas" que possam indicar um comportamento malicioso. Esse método é especialmente útil para identificar novas ameaças ou variantes de vírus existentes, que ainda não foram catalogadas e adicionadas aos bancos de dados de assinaturas dos antivírus.

Entretanto, a questão tenta enganar o candidato ao inverter os conceitos de falso positivo e falso negativo. A assertiva afirma que o alerta do antivírus seria um falso negativo, o que é INCORRETO. Um falso negativo ocorre quando o antivírus falha em detectar uma ameaça real, deixando o sistema vulnerável. No cenário descrito, o antivírus detectou o programa como uma possível ameaça, mesmo ele sendo seguro. Isso caracteriza um falso positivo, que ocorre quando o antivírus classifica erroneamente um arquivo legítimo como malicioso. A pegadinha reside justamente na tentativa de confundir a detecção indevida de um



arquivo seguro (falso positivo) com a falha em detectar uma ameaça real (falso negativo).

Julgue os itens a seguir, que tratam de Linux e Windows 11.

32. No Windows 11, é possível criar e gerenciar várias áreas de trabalho virtuais, permitindo que o usuário organize suas tarefas de forma separada. Além disso, o sistema permite personalizar cada área de trabalho virtual com uma tela de fundo diferente, facilitando a identificação visual de cada ambiente de trabalho.

Gabarito: C

Comentário: O item está correto. O uso de áreas de trabalho virtuais no Windows contribui diretamente para a organização e eficiência no trabalho. Por exemplo, o usuário pode ter uma área de trabalho dedicada ao trabalho, outra ao estudo e uma terceira para atividades pessoais. Isso facilita o foco, pois cada área pode ser organizada de acordo com as necessidades específicas do usuário.

Uma das novidades interessantes do Windows 11 é a possibilidade de definir uma tela de fundo diferente para cada área de trabalho. Esse recurso não apenas ajuda na personalização, mas também oferece uma distinção visual clara entre os espaços, tornando mais fácil identificar qual área está sendo utilizada no momento.

33. O Bloqueio Dinâmico é um recurso do Windows 11 que aumenta a segurança do computador ao detectar a ausência do usuário. Ele funciona por meio de dispositivos emparelhados, como smartphones, e, caso o dispositivo saia do alcance, o sistema pode bloquear automaticamente a tela, impedindo o acesso por terceiros.

Gabarito: C

Comentário: O item está correto. O Bloqueio Dinâmico no Windows utiliza a tecnologia Bluetooth para aumentar a segurança do computador. Ele monitora a proximidade de dispositivos emparelhados, como smartphones, e bloqueia automaticamente a tela quando detecta que o usuário está ausente. Essa funcionalidade oferece uma camada extra de proteção contra acessos não autorizados, especialmente em ambientes de trabalho ou locais públicos.

Para configurar o Bloqueio Dinâmico no Windows 11, clique em **Iniciar**, acesse **Configurações**, vá

até **Contas** e selecione **Opções de entrada**. Role até a seção **Bloqueio Dinâmico**, marque a opção Permitir que o Windows bloqueie automaticamente o dispositivo quando o usuário estiver ausente e certifique-se de que um dispositivo Bluetooth, como um smartphone, está emparelhado com o computador.

34. Uma distribuição Linux é um sistema operacional baseado no kernel Linux, que inclui uma coleção de softwares adicionais e ferramentas para o funcionamento completo do sistema. O GNOME é uma das distribuições Linux mais conhecidas.

Gabarito: E

Comentário: O item está incorreto. O GNOME não é uma distribuição Linux, mas sim um ambiente gráfico amplamente utilizado em várias distribuições Linux. Uma distribuição Linux, por sua vez, é um sistema operacional completo que combina o kernel Linux com softwares, ferramentas e bibliotecas para oferecer funcionalidade ao usuário, como no caso do Ubuntu, Fedora e Debian. O GNOME, nesse contexto, é uma interface gráfica que fornece uma experiência de usuário visual e interativa dentro de algumas dessas distribuições, mas não constitui um sistema operacional completo. Portanto, a afirmação está incorreta.

Em relação a edição de textos e de planilhas no Microsoft Office 365, julgue os itens a seguir.

35. No Microsoft Excel 365, versão desktop em português, ao proteger uma planilha utilizando o recurso disponível na guia Revisão, é possível definir uma senha para evitar que usuários alterem o conteúdo das células bloqueadas. Contudo, mesmo com a proteção ativada, as células previamente configuradas como desbloqueadas poderão ser editadas.

Gabarito: C

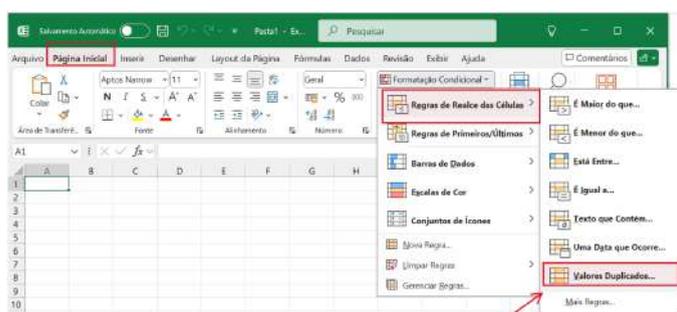
Comentário: O item está correto. Quando uma planilha é protegida no Excel, todas as células estão bloqueadas por padrão. No entanto, o usuário pode configurar previamente células específicas como desbloqueadas por meio da opção Formatar Células na guia Página Inicial. Após ativar a proteção na guia Revisão, com ou sem senha, as células configuradas como

desbloqueadas permanecerão editáveis, enquanto as bloqueadas estarão protegidas contra alterações.

36. No Microsoft Excel 365, versão desktop em português, o recurso Formatação Condicional, disponível na guia Exibir, permite destacar valores duplicados em um determinado intervalo de células.

Gabarito: E

Comentário: A questão apresenta um erro ao afirmar que o recurso Formatação Condicional está na guia Exibir, quando, na verdade, ele está localizado na guia Página Inicial. Contudo, é correto afirmar que esse recurso possibilita destacar valores duplicados em um intervalo de células. Para utilizá-lo, basta acessar Página Inicial -> Formatação Condicional -> Regras de Realce de Células -> Valores Duplicados. Esse recurso é amplamente utilizado para identificar visualmente informações repetidas, tornando a análise dos dados mais rápida e eficiente. Observe a imagem a seguir:



37. No Microsoft Word 365, versão desktop em português, por meio de uma opção disponível na guia Exibir, a tela pode ser dividida em duas partes, permitindo visualizar duas partes diferentes do mesmo documento.

Gabarito: C

Comentário: O item está correto. No Microsoft Word 365, versão desktop em português, a funcionalidade mencionada está disponível na guia Exibir, por meio do comando Dividir. Essa opção divide a janela do documento em duas partes horizontais, permitindo visualizar simultaneamente diferentes seções do mesmo arquivo. Após ativar essa funcionalidade, o usuário pode se movimentar

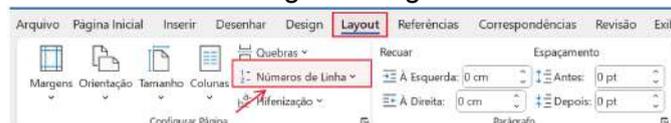
de forma independente em cada parte usando as barras de rolagem. Por exemplo, é possível deixar a parte superior na página 2 e a parte inferior na página 5, facilitando a consulta ou comparação de trechos distantes sem a necessidade de alternar constantemente entre eles. Observe a imagem a seguir:



38. No Microsoft Word 365, versão desktop em português, a opção para numerar as linhas de um documento e exibir o número apropriado ao lado de cada linha de texto está disponível na guia Página Inicial.

Gabarito: E

Comentário: O item está incorreto. A questão apresenta uma pegadinha: na guia Página Inicial do Microsoft Word 365, existe a opção de numerar parágrafos, ou seja, uma funcionalidade que possibilita a criação de listas numeradas. No entanto, essa opção não permite numerar as linhas do texto em edição. A numeração de linhas, que insere números ao lado de cada linha do texto, está localizada na guia Layout, na opção Números de Linha. Observe a imagem a seguir:



Acerca de redes de computadores e de ferramentas disponíveis para comunicação na Internet, julgue os itens que se seguem.

39. No contexto da Internet, um sistema final é qualquer dispositivo computacional conectado à rede. Isso inclui dispositivos tradicionais como PCs e servidores, bem como equipamentos modernos, como smartphones, TVs inteligentes e consoles de jogos.

Gabarito: C

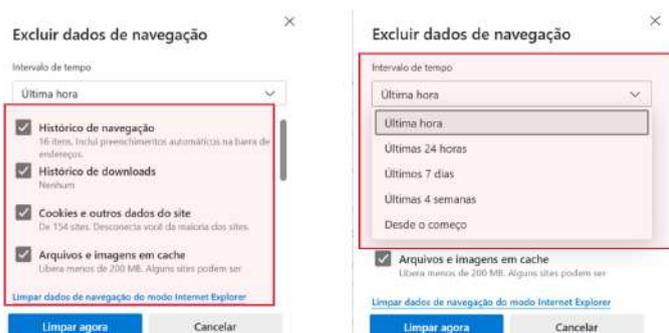
Comentário: O item está correto. A Internet é uma rede global que conecta bilhões de dispositivos computacionais, permitindo a troca de informações entre eles. No jargão da rede, todos esses

equipamentos são denominados sistemas finais. Esses sistemas incluem desde computadores tradicionais, como desktops e servidores, até dispositivos mais modernos, como smartphones, TVs inteligentes, dispositivos IoT (Internet das Coisas) e consoles de jogos. A conexão entre os sistemas finais é feita através de enlaces de comunicação e comutadores de pacotes.

40. No Microsoft Edge, ao utilizar a combinação de teclas Ctrl + Shift + Del, o usuário pode acessar a janela de exclusão do histórico de navegação e de outros dados de navegação. Nessa janela, é possível selecionar o intervalo de tempo, como, por exemplo, última hora, últimas 24 horas ou últimos 7 dias.

Gabarito: C

Comentário: O item está correto. Ao utilizar a combinação de teclas Ctrl + Shift + Del no Microsoft Edge, uma caixa de diálogo será aberta, permitindo ao usuário escolher quais dados de navegação deseja excluir, como histórico de navegação, histórico de downloads, cookies, arquivos e imagens em cache, senhas e dados de formulários. Além disso, é possível selecionar o intervalo de tempo para a exclusão, com opções como última hora, últimas 24 horas, últimos 7 dias, últimas 4 semanas e desde o começo. É importante destacar que essa ação não deve ser confundida com a combinação Ctrl + Alt + Del do Windows, que abre a Tela de Segurança do Windows. Nela, o usuário pode acessar opções como Gerenciador de Tarefas, bloquear o computador, sair da conta, mudar de usuário, entre outras opções relacionadas à segurança e ao gerenciamento do sistema. A imagem a seguir irá apresentar a caixa de diálogo, que é aberta ao utilizar a combinação de teclas Ctrl + Shift + Del no Microsoft Edge:



DIREITO CONSTITUCIONAL

41. A respeito dos servidores públicos, julgue o item subsequente. É possível a acumulação de um cargo de professor com outro de caráter técnico ou científico, mesmo se a soma da carga horária ultrapassar o limite de sessenta horas semanais.

Gabarito: C

Comentário: a acumulação de cargos públicos é excepcional, mas permitida desde que haja compatibilidade de horários e esteja presente uma das hipóteses constitucionais, entre elas a acumulação de cargo de professor com outro técnico ou científico. O Supremo Tribunal Federal tem entendimento no sentido da possibilidade da acumulação sem limitação ao limite de sessenta horas semanais.

42. Em relação à administração pública, analise a assertiva. A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio dos Vereadores, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

Gabarito: E

Comentário: a assertiva reproduz parcialmente o conteúdo do artigo 37, XI, da Constituição Federal, que estabelece os limites da remuneração dos servidores públicos. Há uma divisão entre os diferentes entes federados, mas o erro da questão está em fixar no âmbito dos municípios o subsídio

dos vereadores, quando o correto seria o subsídio dos Prefeitos Municipais.

43. Em relação aos direitos fundamentais, julgue o item subsequente. Em relação à liberdade de associação, é expressamente vedada a dissolução compulsória de uma associação, a não ser que haja decisão judicial definitiva.

Gabarito: C

Comentário: de acordo com o artigo 5º, XIX, da Constituição Federal, as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado. No caso, a decisão judicial com trânsito em julgado significa em direito o mesmo que uma sentença definitiva.

44. Levando em consideração a previsão constitucional sobre a nacionalidade, julgue o seguinte item. Pedro, brasileiro naturalizado, em viagem para o Chile, tem um filho com Victoria, de nacionalidade britânica. Sobre a nacionalidade do filho de Pedro, é correto afirmar que será também brasileiro naturalizado caso o nascimento seja registrado em repartição brasileira competente.

Gabarito: E

Comentário: de acordo com o artigo 12, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, filho de pai ou mãe brasileiro, independentemente do tipo de aquisição dessa nacionalidade, será brasileiro nato se registrado em repartição brasileira competente. Assim, o filho de Pedro será nato se registrado, independentemente de Pedro ser brasileiro naturalizado.

45. Sobre a cidadania, analise a assertiva a seguir. A Constituição Federal prevê expressamente são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição. Assim, caso o Prefeito, por exemplo, separe-se de seu cônjuge durante o cumprimento do mandato, cessará a inelegibilidade.

Gabarito: E

Comentário: embora expressamente a Constituição mencione a condição de cônjuge, o Supremo Tribunal Federal tem entendimento no sentido de que caso haja o rompimento do relacionamento durante o mandato, mantêm-se a inelegibilidade, para evitar que o rompimento da relação seja somente com objetivos eleitorais.

46. A respeito do Poder Executivo, julgue o item subsequente. Entre as competências privativas do Presidente da República há previsão expressa de que todas podem ser delegadas ao Ministros de Estado, ao Advogado-Geral da União e ao Procurador-Geral da República.

Gabarito: E

Comentário: embora, de fato, haja previsão expressa na Constituição Federal (art. 84, parágrafo único) de que é possível a delegação de atribuições do Presidente da República para os Ministros de Estado, o Procurador-Geral da República ou o Advogado-Geral da União, esse procedimento somente é possível nas hipóteses expressamente previstas no dispositivo constitucional (incisos VI, XII e XXV, primeira parte), e não em todas as competências.

47. Em relação ao Poder Executivo, julgue o item. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, será realizada nova eleição noventa dias depois de aberta a última vaga. Ocorrendo a vacância, contudo, nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei. Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.

Gabarito: C

Comentário: a assertiva está correta, pois reproduz o artigo 81 da Constituição Federal. Note que caso a vacância ocorra nos dois primeiros anos haverá novas eleições diretas, realizada pela Justiça Eleitoral em até 90 dias. Caso a vacância ocorra nos dois últimos anos, as eleições serão indiretas, realizadas pelo Congresso Nacional em 30 dias. Importante destacar que nos dois casos haverá a eleição de uma nova chapa, com Presidente e Vice.

48. Em relação aos direitos fundamentais, julgue o item subsequente. Qualquer pessoa presa tem, entre outros, o direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

Gabarito: C

Comentário: de acordo com o artigo 5º, LXIV, da Constituição Federal, o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, sendo informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, assegurando-se-lhe a assistência da família e de advogado (conforme artigo 5º, LXIII, da Constituição Federal).

49. Em relação à segurança pública, julgue a assertiva a seguir. A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente; e compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira, na forma da lei.

Gabarito: C

Comentário: a alternativa reproduz fielmente o conteúdo do artigo 144, § 10, da Constituição Federal. Esse dispositivo foi incluído pela Emenda Constitucional 82 de 2014 e expressamente afirma que a segurança viária compõe a ideia de segurança pública, competindo aos entes federados à sua execução.

50. Sobre o tema segurança pública, analise o item subsequente. De acordo com o entendimento dos tribunais superiores, o artigo 144 da Constituição Federal contém um rol taxativo dos órgãos de segurança pública.

Gabarito: E

Comentário: embora, inicialmente, o Supremo Tribunal Federal tivesse entendimento de que o rol de órgãos de segurança pública fosse taxativo, o entendimento atual do Tribunal é de que o rol é meramente exemplificativo, podendo ser criados

outros órgãos, como é o caso da polícia científica. Textualmente: “A tradicional compreensão sobre a taxatividade do rol do art. 144 da Constituição da República cedeu lugar a interpretação menos restritiva, permitindo aos entes federativos criarem polícias científicas autônomas que, do ponto de vista da organização administrativa, não estejam vinculadas à Polícia Civil.” (ADI 6621).

DIREITO ADMINISTRATIVO

51. Apenas a administração indireta pode conter pessoas jurídicas de direito privado.

Gabarito: C

Comentário: As pessoas jurídicas de direito privado que compõem a administração pública podem integrar apenas a administração **indireta**. É que na administração direta os entes (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) são, sempre, de direito público. Lembre-se de que a Administração é composta de dois grandes eixos: administração direta, integrada por entes e órgãos, todos de direito público, e a indireta, à qual tomam parte entidades de direito público e privado (autarquias, fundações, estatais, associações públicas nos consórcios). Tenha em mente que uma autarquia, entidade da administração indireta, também pode criar seus órgãos, ou seja, a desconcentração não é exclusiva da administração direta, como já perguntou a banca CEBRASPE em outra questão.

52. Admite-se a falência de empresas públicas e sociedades de economia mista.

Gabarito: E

Comentário: Empresas públicas e sociedades de economia mista não falem. Caso elas não consigam honrar as suas dívidas, o ente federativo controlador responderá subsidiariamente. E como tal o Estado tem presunção de solvência. Ademais, a questão aborda texto expresso de lei, qual seja, o art. 2º, I da Lei de Falências – Lei n. 11.101/2016.

53. A convalidação ou sanatória é instituto aplicável aos defeitos sanáveis dos atos administrativos. Os atos praticados com vícios de finalidade, motivo e objeto podem ser convalidados se houver interesse da Administração e respeito aos efeitos jurídicos já consolidados e aos direitos de terceiros.

Gabarito: E

Comentário: Os atos administrativos praticados com vício nos elementos de motivo, objeto e finalidade (MOFI) não podem ser sanados / convalidados. A correção de defeitos sanáveis é possível em matéria de competência, exceto exclusiva, e forma, salvo essencial.

54. Considera-se poder de polícia interfederativo o exercido por um ente federado em relação ao outro, sem, contudo, haver entre eles hierarquia administrativa.

Gabarito: C

Comentário: Na esfera de competência constitucional atribuída a determinado ente, devem os demais respeitar as respectivas legislações ou ordens de polícia, como se dá, por exemplo, por uma faculdade estadual que se sujeita à fiscalização do MEC (federal), ou mesmo de um órgão federal que deve obediência às normas de postura municipais, onde quer que esteja instalado. Não há hierarquia, mas obediência às esferas de polícia administrativa de cada ente, conforme disciplinado na Constituição. Exceção feita às instalações de energia nuclear e construção de presídios, os quais seguem apenas a legislação federal e estadual, respectivamente.

55. Não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.

Gabarito: C

Comentário: Trata-se do Tema 362 da Repercussão Geral do STF, tendo como *leading case* o [RE 608880](#). Discutiu-se, à luz do art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a responsabilidade civil objetiva, ou não, do Estado, pelos danos decorrentes de crime praticado por preso foragido, em face da omissão no dever de vigilância dos detentos sob sua custódia. Concluiu o Pretório Excelso que, “nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada”.

56. De acordo com a jurisprudência majoritária do STJ em tema de agentes públicos, a autoridade administrativa dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão, quando caracterizadas as hipóteses previstas no art. 132 da Lei n. 8.112/1990, fundando-se para tanto nos postulados da razoabilidade e proporcionalidade, sempre que a conduta não exteriorizar gravidade suficiente à pena máxima prevista na seara administrativa.

Gabarito: E

Comentário: nos termos da Súmula 650 do STJ, A autoridade administrativa não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses previstas no art. 132 da Lei n. 8.112/1990. Para o Superior Tribunal de Justiça, “é consolidado o entendimento segundo o qual, quando verificado que a conduta imputada ao investigado configura hipótese à qual a lei impõe a aplicação da pena de demissão, a Administração Pública não pode aplicar pena mais branda, porquanto se trata de ato vinculado. [...]”. É que, para o STJ, “assentado o cometimento de infração punível exclusivamente com a demissão, não cabe ao órgão censor aplicar sanção diversa ao servidor, dado que o comando do art. 132 da Lei n. 8.112/1990 se apresenta como norma vinculante para a autoridade administrativa julgadora. Como já decidido em hipótese análoga, 'Acerca da proporcionalidade e razoabilidade na aplicação da pena de demissão, é firme o entendimento desta Corte Superior de Justiça de que, caracterizada conduta para a qual a lei estabelece, peremptoriamente, a aplicação de determinada penalidade, não há para o administrador discricionariedade a autorizar a aplicação de pena diversa' [...]”.

57. Em caso de observância do seu dever específico de proteção previsto no art. 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal, o Estado é responsável pela morte de detento.

Gabarito: E

Comentário: o enunciado contém uma “pegadinha” redacional. A tese do Tema 592 da Repercussão Geral do STF aplica-se aos casos de **IN**observância do dever específico de proteção do Estado frente aos presos e pessoas sob custódia. No caso de ‘pessoas sob custódia estatal (presos,

hospitalizados, estudantes, etc) aplica-se a teoria do **risco criado**, por meio da qual o Estado tem o **dever** legal de **garante** da integridade de **pessoas** ou **coisas** que estejam sob sua **proteção direta**. Aqui, se falhar, estará assente a responsabilidade estatal em face de **omissão específica**, desnecessária a demonstração de dolo ou culpa. Mas se observar o dever específico de proteção previsto na Constituição Federal, não há que se falar em dever de indenizar os sucessores do detento morto. Ainda sobre a temática dos detentos, lembre-se que o Estado possui a obrigação ressarcir os danos, inclusive morais, comprovadamente causados aos detentos em razão da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento (Tema 365 do STF).

58. São inconstitucionais leis estaduais que prevejam recomposição linear dos vencimentos e funções gratificadas para recompor as perdas inflacionárias, sem que a sua iniciativa tenha sido do chefe do Poder Executivo.

Gabarito: C

Comentário: Trata-se da decisão tomada pelo STF na **ADI 5562**, julgada em 01-07-2024. Concluiu o Supremo Tribunal Federal que a revisão geral é de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo: 1. Define-se o instituto da revisão geral quando o propósito do aumento remuneratório concedido for apenas o de recompor a perda do poder aquisitivo da moeda, devendo-se, nesse caso, observar a iniciativa do chefe do Poder Executivo para se deflagrar o processo legislativo respectivo. De outro modo, se o aumento remuneratório trazer um ganho real, ou seja, for além da perda do poder aquisitivo, a competência para se deflagrar o processo legislativo será de cada um dos poderes ou órgãos com autonomia administrativa, financeira e orçamentária. Precedentes. 2. No caso, para além do fato de que todas as leis hostilizadas preveem percentual idêntico para as recomposições respectivas, as justificativas apresentadas nos respectivos projetos de lei mencionam que o objetivo da recomposição salarial pretendida é recuperar a perda do poder aquisitivo da moeda naquele período. 3. Na espécie, o incremento salarial é conferido de forma linear a todos os servidores, independentemente da carreira. Ademais, é concedido de forma ampla, sobre os vencimentos e funções gratificadas, estendendo-se aos aposentados e pensionistas. Consubstancia, assim, revisão geral, a qual deve

observância à iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo, conforme reiterada jurisprudência do STF. O caso da ADI 5562 revela inconstitucionalidade formal subjetiva (por vício de iniciativa ou competência).

59. Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.

Gabarito: C

Comentário: Trata-se do Tema 445 da Repercussão Geral do STF (tendo por *Leading Case* o RE 636553). De acordo com o Pretório Excelso, a aposentadoria se trata de ato complexo, razão porque necessária a conjugação das vontades do órgão de origem e do Tribunal de Contas. Aplicação dos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, bem como assentada a necessidade da estabilização das relações jurídicas. Fixação do prazo de 5 anos para que o TCU proceda ao registro dos atos de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, após o qual se considerarão definitivamente registrados. No caso concreto submetido a julgamento o processo de aposentadoria chegou ao Tribunal de Contas da União em 1996, mas a negativa do registro pela Corte de Contas se deu apenas em 2003, isto é, depois de transcorridos mais de 5 anos.

60. De acordo com o STF, o princípio da intranscendência permite que sanções e restrições de ordem jurídica superem a dimensão estritamente pessoal do infrator, quando fundamentada na estrita legalidade administrativa.

Gabarito: E

Comentário: O princípio da intranscendência subjetiva impede que sanções e restrições superem a dimensão estritamente pessoal do infrator e atinjam pessoas que não tenham sido as causadoras do ato ilícito. Para o STF, “o princípio da intranscendência subjetiva das sanções inibe a aplicação de severas sanções às administrações por ato de gestão anterior à assunção dos deveres públicos”. No âmbito do STJ, vide a Súmula 615:



"não pode ocorrer ou permanecer a inscrição do município em cadastros restritivos fundada em irregularidades na gestão anterior quando, na gestão sucessora, são tomadas as providências cabíveis à reparação dos danos eventualmente cometidos".

ATUALIDADES

61. Julgue o item que se segue, pertinente a aspectos relacionados a segurança pública.

No estado do Rio de Janeiro, a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) foi considerada uma estratégia inovadora no enfrentamento da criminalidade em comunidades controladas por facções criminosas. O Morro Santa Marta localizado em Botafogo na Zona Sul do Rio, foi o primeiro lugar a receber uma UPP, em 2008. Tratava-se da primeira experiência de polícia de proximidade, policial-servidor, da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Contudo, apesar de apresentar resultados iniciais positivos, as UPPs enfrentaram desafios como a insuficiência de recursos financeiros e humanos, além da falta de políticas públicas integradas para garantir a sustentabilidade da pacificação. No ano de 2024, o governo do Estado do Rio de Janeiro confirmou o fechamento de 13 Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) na capital.

Gabarito: C

Comentário: A decisão faz parte de um plano de reestruturação da Secretaria de Segurança Pública que pretende remanejar os soldados das sedes unificadas em uma redistribuição mais estratégica. Atualmente, o Rio possui 29 UPPs e passará a operar com 16

62. A respeito da questão dos transportes coletivos no Brasil, julgue o trecho que se segue.

Em Junho de 2013, centenas de milhares de pessoas saíram às ruas do Rio para protestar contra o aumento de R\$ 0,20 nas passagens de ônibus. Mais de dez anos se passaram e as problemáticas acerca dos ônibus permaneceram não apenas na cidade do Rio de Janeiro como também em outros municípios brasileiros. As problemáticas financeiras entre concessões municipais e empresas de ônibus são inúmeras e uma das grandes possibilidades de melhoria para essa questão é o programa de tarifa zero que já

existe em 136 cidades brasileiras, segundo levantamento da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU).

Gabarito: C

Comentário: Segundo a Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), até setembro de 2024, 136 cidades brasileiras adotavam a tarifa zero no transporte público: em 116 cidades, a gratuidade abrange todo o sistema e todos os dias da semana, nas outras 20 cidades, a tarifa zero é aplicada em situações determinadas, como dias específicos ou certas linhas.

63. Em relação aos últimos acontecimentos políticos ligados as propostas sobre o fim da escala de trabalho 6X1 no Brasil, interprete e julgue o trecho a seguir.

A deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) tem recolhido assinaturas para protocolar uma proposta de emenda à Constituição na Câmara sobre o assunto. De acordo com a PEC, a duração do trabalho não deve ser superior a 36 horas semanais. A discussão sobre o tema ganhou força nas redes sociais e o Planalto tem monitorado o debate em torno da proposta legislativa. O Ministério do Trabalho afirmou que a redução da jornada de 44 horas semanais — de quem faz a jornada 6x1 é “plenamente possível e saudável”. Até o presente momento, a grande maioria dos deputados federais apresentaram respostas positivas em relação a essa PEC.

Gabarito: E

Comentário: A PEC que visa a diminuição da jornada de trabalho no Brasil, encontra diversas críticas e opiniões contrárias no Congresso. São necessárias 171 assinaturas para a PEC começar a tramitar na Câmara. E para ser aprovada, são necessários 308 votos dos 513 parlamentares em dois turnos de votação.

64. Julgue o item que se segue a respeito dos aspectos gerais do comportamento recente da economia brasileira.

O país passou por uma fase de exclusivas altas na economia e promete outros episódios similares para 2025. A economia do Brasil em 2024 foi marcada por um crescimento maior que o esperado e desemprego nas mínimas históricas, além de

medidas de contenção de gastos que não animaram o mercado e crescimento das desconfianças com a política fiscal, que refletiram na forte desvalorização do real.

Gabarito: E

Comentário: O Brasil não passou exclusivamente por um período apenas de altas na economia apesar de do crescimento maior do que o esperado e desemprego nas mínimas históricas, além de medidas de contenção de gastos que não animaram o mercado e crescimento das desconfianças com a política fiscal, que refletiram na forte desvalorização do real.

65. O ano de 2024 deixou um desafio para 2025. A 6ª edição da Retratos da Leitura no Brasil apontou uma redução de sete milhões de leitores nos últimos cinco anos (e um total de 11,3 milhões desde 2015). Pela primeira vez desde o início da pesquisa, que acontece desde 2007, a proporção de não leitores foi maior do que a de leitores, com reduções em todas as classes, faixas etárias e níveis de escolaridade. Essa problemática afeta todas as gerações, entretanto, as gerações que compõem a melhor idade (acima dos 50), são os que mais são prejudicados.

Gabarito: E

Comentário: Apesar da queda ser brusca em diferentes gerações, os mais jovens; crianças e adolescentes; são os mais prejudicados devido ao processo de construção da cognição relacionado as respectivas idades. É durante a infância e adolescência quando mais se aprende e ler menos causa um enorme retrocesso no processo de aprendizagem.

66. A respeito da Educação no Brasil nos últimos anos, julgue o trecho a seguir.

A implementação do Novo Ensino Médio no Brasil em 2024 continua gerando debates. Entre os principais pontos de crítica está a falta de infraestrutura nas escolas para atender à diversificação dos itinerários formativos, enquanto os defensores apontam a flexibilização curricular como um avanço na personalização da trajetória educacional dos estudantes.

Gabarito: C

Comentário: As principais críticas acerca do Novo Ensino Médio no Brasil são: falta de debate com a sociedade, exclusão de disciplinas. No lugar das tradicionais disciplinas (História, Artes, Química, Biologia etc.), o conteúdo é apresentado aos jovens em quatro áreas do conhecimento integradas (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias). Realidade prática dos itinerários formativos. Os itinerários formativos eram a grande promessa de diferencial para o novo Ensino Médio. Apresentados como aulas optativas a serem cumpridas em 1.200 horas divididas pelos três anos, a proposta é integrar múltiplas áreas do conhecimento em um mesmo planejamento pedagógico, de forma a promover ao jovem uma formação técnica e profissional específica.

67. Em relação ao modelo de saúde pública no Brasil, julgue a informação a seguir.

O Sistema Único de Saúde (SUS) segue como a política pública de saúde no Brasil que menos garante o atendimento universal à população. Desafios como a insuficiência de recursos financeiros, a superlotação de hospitais e a escassez de profissionais em áreas remotas continuam a comprometer a qualidade do atendimento em diversas regiões do país.

Gabarito: E

Comentário: Apesar de existirem diversas questões problematizadoras no SUS, essa política pública permanece sendo com um dos principais méritos públicos no Brasil, pois oferece atendimento gratuito e universal a toda a população, independentemente de nacionalidade, condição socioeconômica ou outros fatores. O SUS é um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo, e é referência internacional em diversos aspectos tais como vacinação, transplante e combate a epidemias.

68. Sobre os avanços da tecnologia relacionadas a A.I. interprete o trecho abaixo.

Em 2024, o *Gemini 2.0* foi reconhecido como um marco no desenvolvimento de inteligência artificial generativa, com avanços significativos na compreensão contextual e na capacidade de

realizar tarefas interdisciplinares, superando as limitações de modelos anteriores que eram focados em aplicações específicas.

Gabarito: C

Comentário: De acordo com o Google, essa nova ferramenta permite automatizar ainda mais tarefas com a IA generativa. A empresa também está lançando no plano pago **Gemini Advanced** um novo recurso chamado Deep Research, que usa raciocínio avançado e recursos de contexto longo para atuar como um assistente de pesquisa, explorando tópicos complexos e relatórios.

69. De acordo com o contexto das relações internacionais no Brasil em 2024, julgue o item a seguir.

Os Estados Unidos permaneceu como o principal parceiro comercial do Brasil, com destaque para exportações de commodities agrícolas e minerais, enquanto o governo brasileiro buscou diversificar sua pauta de exportações para agregar maior valor aos produtos exportados.

Gabarito: E

Comentário: Não foram os Estados Unidos que forçaram os laços comerciais com o Brasil e sim, a China. Dados deste ano indicam que o comércio chegou a US\$ 136,35 bilhões até outubro. Ainda no ano passado, os embarques brasileiros para a China superaram em três vezes o que foi enviado para os Estados Unidos – a China é a maior parceira comercial do Brasil, enquanto os EUA ficam em segundo lugar.

70. Sobre ecologia no Brasil, julgue o item a seguir.

Os "rios voadores" são um fenômeno climático que ocorre frequentemente na América do Sul. Esse processo é diretamente influenciado pela evapotranspiração das árvores da Floresta Amazônica, que lançam grandes quantidades de vapor d'água na atmosfera, contribuindo para a formação de chuvas em regiões distantes.

Gabarito: C

Comentário: Rios voadores são correntes de vapor de água que se formam na Amazônia e se deslocam para outras regiões do Brasil e da América do Sul. São invisíveis a olho nu e são formados pela evaporação da água dos rios e da vegetação da Amazônia. Os rios voadores são importantes para o clima e para o abastecimento de água de várias regiões do continente. Eles influenciam o clima de vários estados brasileiros, como Mato Grosso, Paraguai e Bolívia. Quando chegam em regiões mais secas, a umidade se condensa e forma nuvens de chuva. A floresta Amazônica é fundamental para a formação dos rios voadores, pois funciona como uma bomba d'água. Uma árvore de 20 metros de diâmetro de copa pode evapotranspirar mais de 1000 litros de água por dia.

GESTÃO DE PESSOAS

71. A abordagem situacional da liderança pressupõe que não existe um estilo de liderança único e ideal, devendo o líder adaptar seu comportamento às necessidades dos liderados e às exigências da tarefa em questão.

Gabarito: C

Comentário: A teoria da liderança situacional, desenvolvida por Hersey e Blanchard, defende que o estilo de liderança deve variar de acordo com o nível de maturidade e competência dos liderados, bem como com as demandas do contexto. O líder pode adotar estilos variados, como direcionar, persuadir, apoiar ou delegar, conforme necessário.

72. O modelo de gestão por competências tem como objetivo principal substituir as avaliações de desempenho tradicionais, eliminando a necessidade de monitoramento contínuo das atividades dos colaboradores.

Gabarito: E

Comentário: A gestão por competências complementa as avaliações de desempenho tradicionais ao focar nas capacidades essenciais para o alcance dos objetivos organizacionais. Esse modelo visa identificar, desenvolver e alocar competências específicas, mas não elimina a

necessidade de monitoramento contínuo das atividades, pois ambas as abordagens podem coexistir.

73. Em processos de mudanças organizacionais, a resistência dos colaboradores deve ser encarada como um obstáculo que precisa ser eliminado rapidamente para garantir o sucesso das iniciativas propostas.

Gabarito: E

Comentário: A resistência dos colaboradores é um fenômeno natural em processos de mudança e não deve ser tratada como um obstáculo a ser eliminado, mas sim como uma oportunidade para identificar preocupações e ajustar estratégias. É importante envolver os colaboradores, comun

74. O recrutamento interno é sempre mais vantajoso do que o recrutamento externo, pois reduz custos e evita choques culturais na organização.

Gabarito: E

Comentário: Embora o recrutamento interno possa reduzir custos e aproveitar talentos já familiarizados com a cultura organizacional, ele não é sempre a melhor escolha. A organização pode recorrer ao recrutamento externo para obter novas perspectivas, competências específicas ou para preencher lacunas estratégicas, dependendo das necessidades do cargo e dos objetivos organizacionais.

75. A adoção de estratégias colaborativas para resolução de conflitos organizacionais é adequada quando as partes envolvidas têm interesses que podem ser integrados e ambas buscam uma solução ganha-ganha.

Gabarito: C

Comentário: A estratégia colaborativa, também conhecida como “ganha-ganha”, é indicada quando as partes têm interesses complementares ou interdependentes e estão dispostas a trabalhar juntas para encontrar uma solução mutuamente

benéfica. Esse método exige comunicação aberta, confiança mútua e disposição para compromissos.

GESTÃO DE MATERIAIS

76. O método de classificação ABC baseia-se no princípio de Pareto, segmentando os materiais em três categorias principais: A, B e C, sendo a categoria A composta pelos itens de maior valor agregado ou importância estratégica, que correspondem à maioria dos itens armazenados.

Gabarito: E

Comentário: O método ABC é baseado no princípio de Pareto (80/20), classificando os itens de acordo com sua importância em termos de valor e consumo. A categoria A representa os itens mais críticos, que geralmente correspondem a uma pequena porcentagem do total de itens, mas com alto impacto financeiro ou estratégico, enquanto a maior quantidade de itens armazenados geralmente se encontra na categoria C.

77. A realização de inventários rotativos é uma prática eficiente para manter o controle contínuo dos estoques, reduzindo a necessidade de interrupções operacionais para realizar inventários gerais.

Gabarito: C

Comentário: O inventário rotativo consiste na contagem periódica de um grupo específico de itens, permitindo uma gestão mais eficiente e contínua dos estoques. Ele minimiza interrupções operacionais e aumenta a precisão dos registros, especialmente em empresas com grande volume de itens armazenados.

78. O princípio básico da armazenagem é otimizar o uso do espaço físico disponível, de modo a reduzir custos com estruturas de armazenamento, mesmo que isso comprometa a acessibilidade dos itens armazenados.

Gabarito: E

Comentário: A armazenagem eficiente busca equilibrar a otimização do espaço com a acessibilidade e a segurança dos itens armazenados. Embora seja desejável reduzir custos com estruturas de armazenamento, isso não deve comprometer o acesso rápido e seguro aos materiais, pois a acessibilidade é essencial para a eficiência operacional.

79. O uso de transportadores automatizados, como esteiras e robôs, no transporte interno de materiais é indicado exclusivamente para empresas de grande porte com alta demanda operacional.

Gabarito: E

Comentário: Embora seja mais comum em empresas de grande porte, o uso de sistemas automatizados no transporte interno pode ser viável e vantajoso também em empresas de médio porte, dependendo do volume de operações, da necessidade de precisão e da análise de custo-benefício. A automação melhora a eficiência e reduz o retrabalho, mas sua aplicação não é restrita ao porte da empresa.

80. O método de avaliação de fornecedores com base em múltiplos critérios, como qualidade, custo e prazos de entrega, é mais adequado do que o método que considera exclusivamente o menor preço na escolha de fornecedores estratégicos.

Gabarito: C

Comentário: A avaliação de fornecedores com base em múltiplos critérios é essencial para garantir a sustentabilidade e a confiabilidade da cadeia de suprimentos. Embora o custo seja um fator importante, a qualidade, os prazos de entrega e outros aspectos como a capacidade de inovação são cruciais para fornecedores estratégicos, cuja atuação pode impactar diretamente os resultados da organização.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

81. O modelo burocrático de administração pública, proposto por Max Weber, busca a eficiência por

meio da centralização do poder e da ausência de regras formais.

Gabarito: E

Comentário: O modelo burocrático, idealizado por Max Weber, é baseado em uma administração racional-legal que organiza e sistematiza as atividades da administração pública para promover eficiência e previsibilidade. Diferentemente do que a questão sugere, ele não busca centralização extrema nem ausência de regras, mas sim um sistema baseado em normas e regulamentos detalhados e claros, de forma a evitar arbitrariedades e improvisos.

Os principais pilares desse modelo são:

1. **Divisão do trabalho:** cada indivíduo ou unidade é responsável por uma parte específica do processo, aumentando a especialização e eficiência.
2. **Hierarquia:** as decisões fluem em uma estrutura vertical, o que garante supervisão e controle organizacional.
3. **Formalização de regras:** todas as operações e processos são baseados em regulamentos, promovendo uniformidade e previsibilidade.
4. **Impessoalidade:** as decisões são tomadas com base em critérios objetivos, e não em relações pessoais.

Portanto, a afirmação de que o modelo não utiliza regras formais é equivocada. As regras são, na verdade, um dos alicerces fundamentais da burocracia.

82. A administração pública gerencial introduziu o conceito de foco no cidadão, promovendo maior eficiência e a busca por resultados.

Gabarito: C

Comentário: A administração pública gerencial surgiu como uma evolução do modelo burocrático, especialmente para lidar com suas limitações, como o excesso de formalismo e rigidez. Esse modelo ganhou destaque a partir da década de 1990, sendo amplamente influenciado pelos princípios do New Public Management (Nova

Gestão Pública), que buscava adaptar conceitos do setor privado à gestão pública.

Uma de suas principais inovações foi a adoção do foco no cidadão, tratado como cliente e destinatário dos serviços públicos. Isso implicou em mudanças importantes:

1. **Orientação por resultados:** a eficiência passou a ser medida pelo impacto e pela qualidade dos serviços prestados.
2. **Descentralização:** promoveu maior autonomia administrativa, aproximando os serviços das necessidades locais.
3. **Transparência e prestação de contas:** os gestores foram incentivados a divulgar resultados e a justificar suas ações.

Ao colocar o cidadão no centro das atenções, o modelo gerencial buscou romper com o distanciamento tradicional entre a administração pública e a sociedade.

83. O princípio da impessoalidade na administração pública determina que a atuação do agente público deve ser completamente imparcial, proibindo-se, em qualquer situação, discriminações ou favorecimentos pessoais.

Gabarito: C

Comentário: O princípio da impessoalidade, previsto no art. 37 da Constituição Federal de 1988, exige que as ações da administração pública sejam guiadas exclusivamente pelo interesse público. Isso significa que as decisões e condutas dos agentes públicos devem ser imparciais, evitando discriminações ou favorecimentos pessoais.

Esse princípio reflete a ideia de que a administração pública não pertence ao gestor, mas sim à coletividade. Em termos práticos, ele se manifesta de várias formas:

1. **Neutralidade administrativa:** decisões baseadas em critérios objetivos, e não em interesses ou afinidades pessoais.
2. **Vedação ao uso da máquina pública para promoção pessoal:** atos administrativos não devem ser associados à imagem de um agente público específico.

3. **Universalidade de acesso aos serviços públicos:** todos os cidadãos devem ser tratados de maneira igualitária.

Assim, o princípio da impessoalidade reforça a ética e a legitimidade da atuação administrativa.

84. No Brasil, a reforma administrativa de 1995 representou a adoção plena de práticas neoliberais, excluindo a burocracia como modelo de gestão pública.

Gabarito: E

Comentário: A reforma administrativa de 1995, conduzida durante o governo Fernando Henrique Cardoso, teve como objetivo modernizar a administração pública brasileira, aproximando-a do modelo gerencial. No entanto, afirmar que ela excluiu a burocracia é um erro, pois a reforma buscou um equilíbrio entre os modelos burocrático e gerencial.

Os principais objetivos da reforma incluíam:

1. **Introdução de práticas gerenciais:** maior flexibilidade, descentralização e foco em resultados.
2. **Manutenção de elementos burocráticos:** especialmente os ligados ao controle formal, como a necessidade de transparência, previsibilidade e cumprimento das leis.
3. **Reforço da accountability:** a prestação de contas e a transparência foram fortalecidas como pilares da gestão pública.

A reforma não eliminou a burocracia, mas reconheceu que ela ainda era necessária para funções como fiscalização, regulação e combate à corrupção.

85. A descentralização administrativa não se confunde com a desconcentração de poder, sendo um mecanismo que permite maior flexibilidade na execução de políticas públicas, transferindo responsabilidades para entidades autônomas ou níveis inferiores de governo.

Gabarito: C

Comentário: A descentralização realmente não se confunde com a desconcentração de poder. Na descentralização, há a criação de pessoa jurídica autônoma (entidade da administração indireta) e a atribuição do exercício de determinadas atividades; já na desconcentração, há apenas a divisão interna da própria administração direta, como ocorre com a criação de órgãos públicos.

A descentralização é uma das ferramentas mais eficazes para tornar a administração pública mais eficiente e próxima das demandas da sociedade. Ao redistribuir competências, ela promove maior agilidade e adequação na execução de políticas públicas.

Destaque-se que a descentralização reduz a sobrecarga do governo central e aumenta a eficácia na entrega de serviços, desde que acompanhada de mecanismos de controle e accountability.

86. O princípio da eficiência, introduzido pela Emenda Constitucional nº 19/1998, obriga a administração pública a alcançar os melhores resultados com os menores custos possíveis.

Gabarito: C

Comentário: O princípio da eficiência foi um marco na evolução da administração pública brasileira. Incluído no art. 37 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 19/1998, ele exige que os gestores públicos busquem os melhores resultados para a sociedade, com otimização de recursos e minimização de desperdícios.

Relevante destacar que a eficiência não se confunde com a eficácia (obtenção do resultado desejado). Deseja-se que a atuação estatal seja eficiente (boa utilização dos recursos públicos) e eficaz (atingimento dos resultados esperados), sendo possível, contudo, que determinada atuação estatal eficiente não seja eficaz e vice-versa.

A eficiência engloba diversas medidas, dentre as quais se destacam:

1. **Simplificação de processos:** redução de burocracias desnecessárias.
2. **Adoção de boas práticas de gestão:** como planejamento estratégico e gestão por resultados.

3. **Foco na qualidade dos serviços:** considerando a satisfação do cidadão como indicador de desempenho.

O princípio da eficiência reforça a necessidade de modernização da administração pública, exigindo mais dinamismo e inovação.

87. A avaliação de desempenho na administração pública brasileira é vedada pela Constituição, uma vez que colide com o princípio da estabilidade dos servidores públicos.

Gabarito: E

Comentário: A avaliação de desempenho é permitida e deve ser regulamentada na administração pública brasileira, não sendo vedada pela Constituição Federal. Pelo contrário, ela está prevista no art. 41, § 1º, III, que menciona que o servidor estável pode perder o cargo mediante avaliação de desempenho realizada por critérios objetivos e garantida a ampla defesa.

A estabilidade no serviço público não é absoluta, mas condicionada ao desempenho satisfatório. A avaliação de desempenho busca assegurar:

1. **Eficiência e eficácia:** identificar servidores que não desempenham adequadamente suas funções e tomar as medidas cabíveis.
2. **Meritocracia:** valorizar servidores que apresentam bons resultados.
3. **Controle e transparência:** oferecer mecanismos que evitem arbitrariedades na gestão de pessoas.

Dessa forma, a estabilidade protege o servidor de pressões políticas, mas não o exime da obrigação de cumprir suas funções de maneira eficiente.

88. A governança pública está diretamente relacionada à gestão de pessoas, não excluindo a aplicação de tecnologias ou metodologias de controle de resultados.

Gabarito: C

Comentário: Governança pública é um conceito abrangente, que envolve não apenas a gestão de

peças, mas também a aplicação de tecnologias, metodologias de planejamento, controle de resultados e mecanismos de participação social. Os pilares da governança pública incluem:

1. **Transparência:** tornar as ações da administração pública acessíveis e compreensíveis para a sociedade.
2. **Participação social:** engajar cidadãos e organizações na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.
3. **Responsabilidade:** garantir que os gestores públicos prestem contas de suas decisões e dos resultados alcançados.
4. **Uso de tecnologia:** aplicar ferramentas como big data, inteligência artificial e sistemas de informação para otimizar processos e monitorar indicadores.
5. Portanto, excluir tecnologias ou metodologias de controle de resultados da governança pública seria uma visão limitada e incompatível com as práticas contemporâneas.

89. No modelo de gestão pública patrimonialista, as distinções entre o patrimônio público e o patrimônio privado são claras e rigorosamente respeitadas.

Gabarito: E

Comentário: O modelo patrimonialista é caracterizado pela ausência de distinção clara entre o patrimônio público e o privado, sendo típico de regimes absolutistas ou pouco institucionalizados. Nesse modelo, os recursos públicos são frequentemente utilizados para fins privados, e a corrupção, o nepotismo e o clientelismo são práticas comuns.

Características do modelo patrimonialista:

1. **Confusão patrimonial:** os governantes tratam os recursos públicos como extensão de seus bens particulares.
2. **Personalismo:** decisões são baseadas em relações pessoais e interesses privados, em vez do interesse coletivo.

3. **Falta de transparência:** ausência de controles e prestação de contas eficazes.

O modelo patrimonialista foi superado, na maior parte dos países, pelo modelo burocrático, que introduziu regras formais e separação clara entre os patrimônios público e privado.

90. O Decreto-Lei nº 200/1967 é um marco na administração pública brasileira, ao estabelecer princípios como descentralização, planejamento e coordenação.

Gabarito: C

Comentário: O Decreto-Lei nº 200/1967 representou uma mudança significativa na administração pública brasileira, ao introduzir princípios modernos que buscavam aumentar a eficiência e a racionalidade na gestão pública. Seus principais pilares são:

1. **Descentralização:** transferência de funções e responsabilidades para entidades autárquicas, fundações e empresas públicas, além de promover maior autonomia administrativa.
2. **Planejamento:** necessidade de planejamento estratégico para orientar as ações e os objetivos da administração pública.
3. **Coordenação:** garantir que as atividades dos diversos órgãos estejam alinhadas, evitando sobreposições e conflitos.
4. **Controle:** implementação de mecanismos de acompanhamento e avaliação, priorizando o controle de resultados em detrimento do controle de meios.

Este decreto é considerado um marco porque conciliou elementos da burocracia com princípios mais modernos, que viriam a ser expandidos com a administração gerencial.

ÉTICA

91. A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem

comum, sendo que o equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.

Gabarito: C

Comentário: A afirmação constante da questão está expressamente prevista no inciso III do Anexo ao Decreto nº. 1.171, de 1994. Realmente, a moralidade é um conceito que não se confunde com a mera legalidade (se ambos os conceitos fossem coincidentes, não haveria necessidade da menção à moralidade no âmbito da administração pública).

92. Segundo o Decreto nº. 1.171, de 1994, é obrigatória a criação de Comissão de Ética em todas as entidades da administração indireta federal.

Gabarito: C

Comentário: A resposta da questão decorre do quanto dispostos no item XVI do Anexo ao Decreto nº. 1.171, de 1994, que contém a seguinte dicção: *“Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura”.*

93. Acerca do Decreto nº 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal) e suas disposições, julgue o item a seguir.

O servidor público, ao exercer sua função, deve primar pelo tratamento igualitário aos usuários do serviço público, sem permitir que suas opiniões pessoais, ideológicas ou religiosas interfiram em suas decisões e ações no exercício de suas atribuições.

Gabarito: C

Comentário: O Decreto nº 1.171/1994 estabelece os princípios éticos que regem o comportamento dos servidores públicos. Um dos principais fundamentos do código é a **impessoalidade**, que exige que o servidor público atue sempre no interesse da coletividade, sem deixar que preferências ou preconceitos pessoais influenciem sua conduta.

Além disso, o código reforça que o servidor público deve tratar todos os usuários do serviço público com **urbanidade, justiça e equidade**, garantindo um tratamento igualitário. Assim, questões ideológicas, religiosas ou quaisquer outras que não se relacionem com as funções institucionais não podem interferir em sua atuação.

O cumprimento desse princípio é essencial para a manutenção da confiança da sociedade na imparcialidade da administração pública, contribuindo para a preservação da ética e da legitimidade do serviço público.

94. Com base nas Resoluções da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, julgue o item a seguir.

A Comissão de Ética Pública possui competência para aplicar penalidades administrativas a agentes públicos que violem os princípios éticos no exercício de suas funções, incluindo suspensão e exoneração.

Gabarito: E

Comentário: As Resoluções da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP-PR) detalham suas competências e atribuições, que estão voltadas para a preservação e promoção da ética no serviço público. Contudo, a **Comissão de Ética Pública não possui competência para aplicar penalidades administrativas como suspensão ou exoneração.**

De acordo com a Resolução nº 10/2008, a Comissão pode aplicar a penalidade de censura ética e sugerir a adoção de sanções mais graves, como a exoneração de cargo ou função de confiança. Entre suas atribuições destacam-se:

1. **Emitir pareceres éticos:** orientar os servidores e as autoridades públicas sobre condutas que possam estar em desacordo com os princípios éticos.

2. **Promover ações educativas:** disseminar boas práticas e sensibilizar sobre a importância da ética no serviço público.
3. **Recomendar medidas corretivas:** nos casos de infrações éticas, sugerir sanções ou providências, que serão aplicadas por instâncias administrativas competentes.

Portanto, embora desempenhe um papel crucial na gestão ética da administração pública, a Comissão não detém poderes sancionatórios afetos à suspensão ou exoneração de servidores.

95. Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e nas Resoluções da Comissão de Ética Pública, julgue o item a seguir.

Caso um servidor público receba uma solicitação para prestar informações sobre os atos administrativos de seu órgão, ele tem o dever de fornecer os dados solicitados, exceto quando a informação estiver protegida por sigilo legal.

Gabarito: C

Comentário: O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil e as Resoluções da Comissão de Ética Pública reforçam o compromisso do servidor público com a **transparência** e o **acesso à informação**, que são direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal e regulamentados pela Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI). O servidor público tem o dever de prestar informações sobre os atos administrativos de forma clara, precisa e tempestiva, exceto quando tais informações estiverem protegidas por sigilo legal, como nos casos envolvendo:

1. **Informações classificadas:** documentos com grau de sigilo (reservado, secreto ou ultrassecreto), conforme regulamentação.
2. **Dados pessoais:** protegidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), para garantir a privacidade do indivíduo.
3. **Segurança nacional ou interesses estratégicos:** informações cuja divulgação possa comprometer a segurança do Estado ou de sua população.

Esse dever está diretamente ligado aos princípios da **moralidade** e da **eficiência**, que orientam a conduta do servidor. Ao fornecer informações públicas de forma ética, o servidor fortalece a confiança da sociedade na administração pública e promove o controle social.

Assim, o item está correto ao destacar o dever de prestar informações, respeitando as exceções legais, o que reforça a transparência e a legalidade no exercício das funções públicas.

QUALIDADE

96. Em um sistema de gestão da qualidade, os princípios mais apontados pela doutrina servem de referência, parâmetro e diretriz na execução de processos. Entre esses princípios, o Princípio do Foco no Cliente se concentra nas necessidades e expectativas do público-alvo, buscando constantemente melhorar os produtos e serviços a serem oferecidos.

Gabarito: C

Comentário: A proposição descreve o Princípio do Foco no Cliente corretamente, pois esse princípio zela pelo foco nas necessidades e expectativas do público-alvo, que é o cliente. E com essa ênfase no cliente, haverá margem para constante melhoria orientada aos produtos e serviços oferecidos.

97. O MEG - Modelo de Excelência da Gestão da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) é amplamente utilizado para avaliar e melhorar a gestão das organizações. Um dos critérios do MEG é "Liderança" que envolve a criação de um ambiente propício para a inovação e o desenvolvimento contínuo de produtos e serviços.

Gabarito: E

Comentário: A habilidade de motivar e engajar as pessoas, promovendo valores organizacionais e uma cultura voltada para a excelência é a liderança, que é o envolvimento e capacidade dos líderes em inspirar, motivar e guiar a organização

em direção à excelência, promovendo valores éticos e culturais.

98. Dos teóricos da qualidade, Kaoru Ishikawa é conhecido por desenvolver o conceito de "Círculos de Controle de Qualidade" e enfatizar a participação dos trabalhadores no processo de melhoria contínua.

Gabarito: C

Comentário: Kaoru Ishikawa, engenheiro japonês, foi um dos principais teóricos da qualidade. Ishikawa é amplamente reconhecido por promover a qualidade através da participação dos trabalhadores. Além dos CCQs, ele também desenvolveu o Diagrama de Ishikawa, para a análise de causas e efeitos.

99. Entre as ferramentas de qualidade temos o diagrama de Pareto, o diagrama de Ishikawa, as

folhas de verificação, as cartas de controle e os fluxogramas de comparação, entre outros. Dessas ferramentas, são as Cartas de Controle que são utilizadas para monitorar e controlar a variabilidade de um processo ao longo do tempo, ajudando a identificar se o processo está dentro dos limites aceitáveis.

Gabarito: C

Comentário: O Diagrama de Pareto se presta principalmente para identificação das prioridades e relevâncias através de barras verticais. O Diagrama de Ishikawa serve para mostrar a relação entre causas e feitos em gráfico espinha de peixe. A "Folha de Verificação" serve principalmente para organizar e estruturar dados, a serem cruzados conforme o parâmetro de análise posterior. As Cartas de Controle servem para monitorar e controlar a variabilidade de processos, sendo a resposta correta.

100. O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública) visa promover a excelência na gestão pública e a desburocratização. Dos fundamentos doutrinários da Gespública, aquele prevê a inclusão de funcionários e colaboradores na busca de melhoria

de índices e resultados da gestão pública baseada em engajamento é o fundamento da Gestão Participativa.

Gabarito: C

Comentário: São os fundamentos e princípios do GESPUBLICA a Competitividade, que se refere à capacidade das organizações públicas de melhorar continuamente seus processos e serviços, a Participação Popular, envolvendo a inclusão ativa dos cidadãos no processo de tomada de decisões públicas, garantindo que suas necessidades, opiniões e sugestões, a Sustentabilidade Ambiental, envolvendo a adoção de práticas que promovem a conservação do meio ambiente e o uso responsável dos recursos naturais, visando o desenvolvimento sustentável e a Gestão Participativa, que prega a prática de incluir todos os níveis de funcionários na tomada de decisões e na gestão dos processos organizacionais, promovendo a colaboração e o engajamento, formando comitês, grupos de trabalho e incentivando a comunicação aberta entre gestores e colaboradores para melhorar a gestão pública. Resposta correta.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

101. Sem prejuízo das atribuições das Forças Armadas, dos órgãos de segurança pública e do sistema prisional, são considerados serviços de segurança privada, nos termos da Lei 14.967/24, apenas a vigilância patrimonial e segurança de eventos em espaços de uso comum do povo.

Gabarito: E

Comentário: Conforme artigo 5º da Lei 14.967/2024, são considerados serviços de segurança privada, para os fins da lei, nos termos de regulamento: (i) vigilância patrimonial; (ii) segurança de eventos em espaços de uso comum do povo; (iii) segurança nos transportes coletivos terrestres, aquaviários e marítimos; (iv) segurança perimetral nas muralhas e guaritas; (v) segurança em unidades de conservação; (vi) monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança e rastreamento de numerário, bens ou valores; (vii) execução do transporte de numerário, bens ou

valores; (viii) execução de escolta de numerário, bens ou valores; (ix) execução de segurança pessoal com a finalidade de preservar a integridade física de pessoas; (x) formação, aperfeiçoamento e atualização dos profissionais de segurança privada; (xi) gerenciamento de riscos em operações de transporte de numerário, bens ou valores; (xii) controle de acesso em portos e aeroportos; (xiii) outros serviços que se enquadrem nos preceitos desta Lei, na forma de regulamento.

102. Para determinadas profissões não há capacidade relativa trabalhista e a capacidade plena é adquirida somente aos 21 anos de idade. Exemplo disso é a atividade de vigilante e vigilante supervisor que, nos termos da Lei 14.967/2024, dentre outros requisitos, como ter sido considerado apto em exame de saúde física, mental e psicológica, deve ter idade mínima de 21 anos.

Gabarito: C

Comentário: Conforme artigo 28 da Lei 14.967/24, são requisitos para o exercício da atividade de vigilante e de vigilante supervisor: (i) ser brasileiro, nato ou naturalizado; (ii) ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos; (iii) ter sido considerado apto em exame de saúde físico, mental e psicológica; (iv) ter concluído com aproveitamento o curso de formação específico; (v) não possuir antecedentes criminais registrados na justiça pela prática de crimes dolosos e não estar no curso do cumprimento da pena e enquanto não obtida a reabilitação, nos termos dos arts. 93 e 94 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

103. A Lei 10.357/2001 estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica.

A pessoa jurídica que realizar atividades como fabricação, produção e armazenamento é obrigada a fornecer ao Departamento de Polícia Federal e ao Exército Brasileiro, periodicamente, as informações sobre suas operações.

Gabarito: E

Comentário: Conforme o art. 8º da Lei, “A pessoa jurídica que realizar qualquer uma das atividades a que se refere o art. 1º desta Lei é obrigada a fornecer ao Departamento de Polícia Federal, periodicamente, as informações sobre suas operações”.

Não há, portanto, referência ao Exército Brasileiro.

104. De acordo com o Estatuto do Desarmamento e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o presidente do tribunal poderá designar os servidores de seus quadros pessoais que poderão, no exercício de funções de segurança, portar arma de fogo, respeitando-se o limite máximo de cinquenta por cento de servidores nessa função.

Gabarito: E

Comentário: Com efeito, o art. 7º-A, § 2º, do Estatuto do Desarmamento estabelece que “O presidente do tribunal ou o chefe do Ministério Público designará os servidores de seus quadros pessoais no exercício de funções de segurança que poderão portar arma de fogo, respeitado o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do número de servidores que exerçam funções de segurança”.

Contudo, o STF, no Info 1162/2024 decidiu que “É inconstitucional – por violar os princípios da eficiência e da isonomia – dispositivo de norma federal que limita o porte de armas a 50% dos servidores do Poder Judiciário ou do Ministério Público que exercem função de segurança”.

105. Ao dispor sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia, a Lei n. 12.830/2013 determina que, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução da investigação criminal por meio de inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei, que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, da materialidade e da autoria das infrações penais.

Gabarito: C

Comentário: Conforme artigo 2º, § 1º, “Ao delegado de polícia, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução da investigação criminal por meio de inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei, que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, da materialidade e da autoria das infrações penais”.

ARQUIVOLOGIA

A respeito da classificação de documentos de arquivos julgue.

106. Os arquivos são classificados exclusivamente com base no suporte físico dos documentos que armazenam.

Gabarito: E

Comentário: A classificação dos arquivos não se baseia apenas no suporte físico, mas sim em critérios como estágio de uso (corrente, intermediário e permanente), natureza do assunto, ou órgão responsável. Portanto, a exclusividade no critério mencionado torna a afirmativa ERRADA.

Acerca da gestão documental julgue o que se segue.

107. O diagnóstico arquivístico tem como objetivo principal identificar as condições dos documentos e do ambiente de armazenamento para propor melhorias na gestão documental.

Gabarito: C

Comentário: O diagnóstico arquivístico é uma ferramenta importante na gestão documental, permitindo identificar problemas e propor soluções para o tratamento adequado dos documentos e melhoria das condições do acervo.

Com base nos conceitos de arquivologia e legislação arquivística julgue.

108. A Lei nº 8.159/91 estabelece que os documentos de arquivo são bens culturais.

Gabarito: C

Comentário: A Lei nº 8.159/91 realmente reconhece os documentos de arquivo como bens culturais, devido ao seu valor histórico, informativo e probatório.

Acerca da Avaliação de documentos de arquivo julgue.

109. A avaliação de documentos destina-se a identificar documentos passíveis de eliminação, desconsiderando os valores secundários que possam possuir.

Gabarito: E

Comentário: A avaliação de documentos considera tanto os valores primários quanto os secundários, visando definir o destino dos documentos (eliminação ou guarda permanente).

Julgue o que se segue com base na classificação de Arquivos.

110. Os arquivos intermediários destinam-se exclusivamente à guarda de documentos que perderam totalmente seu valor primário, mas possuem valor histórico.

Gabarito: E

Comentário: Os arquivos intermediários armazenam documentos que ainda possuem valor primário, mas são consultados com menos frequência. Documentos com valor histórico são destinados aos arquivos permanentes.

Sobre as atividades de protocolo julgue.

111. O protocolo arquivístico é responsável pela classificação, registro e tramitação dos documentos em um sistema de arquivos.

Gabarito: C

Comentário: A função do protocolo envolve atividades como o recebimento, classificação, registro, tramitação e expedição de documentos, sendo uma etapa fundamental no ciclo documental.

A respeito da legislação brasileira sobre microfilmagem julgue o item a seguir.

112. A microfilmagem é uma técnica que visa exclusivamente a preservação de documentos de suporte físico.

Gabarito: E

Comentário: A microfilmagem é utilizada tanto para a preservação quanto para a redução do

volume de documentos armazenados. A afirmativa é limitada ao mencionar apenas um objetivo.

Julgue o que se segue com base na classificação de Arquivos.

113. Os arquivos permanentes têm como objetivo a preservação de documentos de valor histórico, cultural ou probatório para a sociedade.

Gabarito: C

Comentário: A preservação de documentos com valores históricos, culturais e probatórios é uma das principais finalidades dos arquivos permanentes, que garantem a memória institucional e social.

A respeito da gestão documental julgue.

114. A automação dos arquivos facilita o acesso, a recuperação e a disseminação da informação, além de promover a padronização de processos.

Gabarito: C

Comentário: A automação é uma prática que contribui significativamente para a eficiência da gestão documental, promovendo maior controle, rapidez no acesso e padronização dos processos.

Sobre preservação, conservação e restauração de documentos, analise o item a seguir.

115. A restauração de documentos é uma medida preventiva que evita danos futuros nos acervos documentais.

Gabarito: E

Comentário: A restauração é uma medida corretiva, aplicada em documentos já danificados. Medidas preventivas incluem controle ambiental e manuseio adequado.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

116. De acordo com as disposições doutrinárias acerca dos princípios orçamentários, julgue o item a seguir como certo ou errado.

Pelo princípio da unidade, o orçamento público deve trazer todas as receitas e despesas do período a que se refere.

Gabarito: E

Comentário: O princípio que estipula que o orçamento público deve trazer todas as receitas e despesas do período é o da universalidade. O princípio da unidade (ou da totalidade) determina que deve haver um só orçamento para cada ente da federação em cada período.

117. Julgue o item a seguir, considerando as disposições constitucionais acerca do processo orçamentário no Brasil.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO deve trazer as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para os quatro anos subsequentes.

Gabarito: E

Comentário: O Plano Plurianual – PPA é que traz as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para os quatro anos subsequentes. A LDO é anual.

118. Relativamente à disciplina dos chamados créditos adicionais, julgue o item a seguir.

Determinada prefeitura reservou R\$ 50.000.000 para despesas para investimento em saneamento básico. No entanto, no começo do ano seguinte, o prefeito municipal planejou empenhar R\$ 75.000.000, aproveitando-se de sobras de tesouraria do ano anterior. Neste caso, deve o prefeito solicitar à Câmara Municipal autorização para abertura de um crédito suplementar.

Gabarito: C

Comentário: A afirmativa está correta porque os créditos suplementares servem justamente para aumento o valor autorizado de uma despesa já prevista no orçamento, observado que a questão não faz referência a nenhuma calamidade pública ou outra situação que justifique um crédito extraordinário.

119. Acerca das fases da despesa pública, julgue o item seguinte.

A etapa da despesa na qual é assumido o compromisso de um pagamento futuro pelo ente público, e que depende de crédito orçamentário disponível, é chamada de liquidação.

Gabarito: E

Comentário: A questão trata do empenho, que, segundo a Lei 4.320/64, é o “ato emanado da autoridade da autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição”. A liquidação é a etapa seguinte, em que se verifica ou se confirma quem deve receber o valor, se apura o montante exato e se constata se o credor está apto ou não a receber.

120. De acordo com as disposições da LC 101/2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue o item a seguir como certo ou errado.

O limite de gastos com pessoal nos Estados é de 60% (sessenta por cento) de sua respectiva receita corrente líquida.

Gabarito: C

Comentário: É o que estabelece o art. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

“Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I - União: 50% (cinquenta por cento);

II - Estados: 60% (sessenta por cento);

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).”